

VI-101 – ASPECTOS LEGAIS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NO ESTADO DA PARAÍBA

Diego de Farias Lima ⁽¹⁾

Químico Industrial e Licenciado em Química pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental pela UEPB.

Antônio Fabiano Donato da Silva

Biólogo pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

Keila Machado de Medeiros

Engenheira de Materiais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Química Industrial e Licenciada em Química pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica - SESAT. Mestre e Doutora em Ciência e Engenharia de Materiais pela UFCG. Professora da UEPB.

Carlos Antônio Pereira de Lima

Engenheiro Químico pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Mestre em Engenharia Química pela UFPB. Doutor em Engenharia Mecânica pela UFPB. Professor da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

Endereço ⁽¹⁾: Rua Ana Vilar, 919 – Cruzeiro– Campina Grande - PB - CEP: 58.415-625 - Brasil - e-mail: diegolima_dl@hotmail.com

RESUMO

A SUDEMA tem por tarefa principal gerir os recursos naturais do Estado da Paraíba, assegurando manter o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento econômico conforme expõe a Constituição Federal Brasileira, que por sua vez estabeleceu a competência da União, Estados e Municípios na proteção ao meio ambiente e combate à poluição em todas as suas formas. A Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) é responsável pela execução da política de proteção e preservação de meio ambiente do estado da Paraíba. Dentre as atividades passíveis de licenciamento pela SUDEMA, estão os postos de revenda de combustíveis, os quais são considerados por própria norma administrativa do órgão como sendo de grande potencial poluidor. Tal qualificação advém dos riscos inerentes a esse tipo de atividade para o meio ambiente, bem como para a população, principalmente aquelas localizadas nas proximidades deste ramo de atividades. O objetivo desta pesquisa foi analisar a atual legislação do licenciamento ambiental vigente de postos de combustíveis na Paraíba, e compará-la com a existente em outros Estados. A metodologia utilizada foi o estudo de diversos casos ocorrido na Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) do Estado da Paraíba. No estudo, foi realizada uma análise comparativa entre as legislações existentes na Paraíba e em outras OEMAS (Órgãos Estaduais de Meio Ambiente). A SUDEMA trabalha, hoje, com a Licença de Alteração, esta pode ser solicitada pelo empreendedor que deseje fazer qualquer tipo de mudança no empreendimento. No entanto, a Licença de Alteração, obrigatoriamente, deve estar atrelada a uma Licença de Operação vigente. Todavia, a alteração para os postos de combustíveis se tornam obrigatórias por conta do Princípio da Prevenção no direito ambiental. O princípio da prevenção é aquele que determina a adoção de políticas públicas de defesa dos recursos ambientais como uma forma de cautela em relação à degradação ambiental. A importância desse princípio ocorre pela dificuldade, improbabilidade ou mesmo impossibilidade de recuperação de um dano ao meio ambiente. A partir dos resultados obtidos foi possível chegar à conclusão que o Estado da Paraíba apresenta diversas lacunas, no que concerne a legislação vigente para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis, permitindo desta forma que os proprietários desses estabelecimentos tenham o hábito de prorrogar as mudanças obrigatórias e necessárias para operação segura destes empreendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Postos de combustíveis, licenciamento ambiental, licença de alteração, SUDEMA.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal da República Brasileira, datada de 5 de outubro de 1988, em seu Capítulo VI sobre Meio Ambiente, preceitua em seu artigo 225 que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Neste prisma, a Lei nº. 6.938/81, Art. 3º, inciso I, expressa que:

Art. 3º O meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

A Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) é o órgão ambiental do Estado da Paraíba, criado em 20 de dezembro de 1978, por intermédio da Lei nº 4.033 e subordinada à Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia. A SUDEMA é responsável pela execução da política de proteção e preservação de meio ambiente do estado da Paraíba. As ações são crescentes e dentro dessa preocupação, ela tem atuado no combate das agressões à natureza praticadas pelo homem, promovendo assim o gerenciamento ambiental no Estado (SUDEMA, 2014).

A SUDEMA como órgão executor, segue o que determina o Conselho de Proteção Ambiental - COPAM, criado através da Lei nº 4.335, de 16 de dezembro de 1981, um colegiado em gestão ambiental que atua na aprovação de normas, deliberações, diretrizes e regulamentos. O COPAM por sua vez é composto pelos seguintes membros:

- O Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, na qualidade de Presidente, tendo como substituto o Superintendente da SUDEMA;
- Cinco representantes do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), de áreas de conhecimentos distintos;
- Cinco representantes da SUDEMA;
- Um representante da – Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN);
- Um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e dos Recursos Naturais Renováveis;
- Um representante do Ministério Público (MP);
- Um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP);
- Um representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES).
- Um representante do Centro das Indústrias do Estado da Paraíba (CIEP).
- Um representante da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP).

A SUDEMA tem por tarefa principal gerir os recursos naturais do Estado da Paraíba, assegurando manter o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento econômico conforme expõe a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), que por sua vez estabeleceu a competência da União, Estados e Municípios na proteção ao meio ambiente e combate à poluição em todas as suas formas.

Para a gestão ambiental, o órgão da SUDEMA conta com profissionais de diversas áreas, tais como engenharia (civil, mecânica e química), geografia, geologia, agronomia, computação, biologia, bioquímica, administração, arquitetura, direito, biblioteconomia, contabilidade, pedagogia, jornalismo e economia, compondo assim um corpo técnico multidisciplinar (SUDEMA, 2014).

Dentre as atividades passíveis de licenciamento pela SUDEMA, estão os postos de revenda de combustíveis, os quais são considerados por própria norma administrativa do órgão como sendo de grande potencial poluidor. Tal qualificação advém dos riscos inerentes a esse tipo de atividade para o meio ambiente, bem como para a população, principalmente aquelas localizadas nas proximidades deste ramo de atividades.

Os compostos comumente identificados nos combustíveis são Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xilenos - BTEX, estes se apresentam extremamente tóxicos à saúde humana e podem inclusive contaminar águas subterrâneas ou mesmo o solo. A contaminação pode ocorrer de diversas maneiras, dentre as quais, se destacam os vazamentos ocorrentes de tanques de armazenamento subterrâneos (TAS).

Os grande número de vazamentos ocorrentes desses TAS trouxeram um alerta aos órgãos gestores do meio ambiente, em especial ao Conselho Nacional de Meio Ambiente, que em 29 de novembro do ano 2000 editou uma resolução específica para este ramo de atividade afim de regulamentá-la.

O objetivo desta pesquisa foi analisar a atual legislação do licenciamento ambiental vigente de postos de combustíveis na Paraíba, e compará-la com a existente em outros Estados.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi o estudo de diversos casos ocorrido na Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) do Estado da Paraíba. No estudo, foi realizada uma análise comparativa entre as legislações existentes na Paraíba e em outras OEMAS (Órgãos Estaduais de Meio Ambiente).

Ao final das discussões, segue uma sugestão de modificação da atual legislação, que tem como intuito preencher a lacuna existente no licenciamento dos postos de combustíveis dentro do Estado da Paraíba.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciar as discussões sobre a instalação, reforma e operação de postos de combustíveis, se faz necessário iniciar pelo preâmbulo da Resolução do CONAMA 273/2000, a qual dispõe o seguinte:

- Considerando que os vazamentos de derivados de petróleo e outros combustíveis podem causar contaminação de corpos d'água subterrâneos e superficiais, do solo e do ar;
- Considerando os riscos de incêndio e explosões, decorrentes desses vazamentos, principalmente, pelo fato de que parte desses estabelecimentos localizam-se em áreas densamente povoadas;
- Considerando a insuficiência e ineficácia de capacidade de resposta frente a essas ocorrências e, em alguns casos, a dificuldade de implementar as ações necessárias. (Grifo nosso)

A partir daí se entende sobre a necessidade urgente de mudança e adequação dos postos de combustíveis nas normas técnicas pertinentes.

Seguindo ainda na própria Resolução 273/2000, esta em seu artigo 4º define que:

Art. 4º O órgão ambiental competente exigirá as seguintes licenças ambientais:

I - Licença Prévia - LP: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação - LI: autoriza a instalação do empreendimento com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo medidas de controle ambiental e demais condicionantes da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação - LO: autoriza a operação da atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

A CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) dispõe em roteiro próprio que para a reforma e adequação dos postos de combustíveis classificados como sujeitos a reforma completa, à adequação as condições mínimas, ou enquadradas em condições intermediárias, terão, obrigatoriamente, que solicitarem junto aquela instituição a LP/LI, para posterior LO, conforme itens abaixo descritos:

II) Empreendimentos Sujeitos a Reforma Completa e Empreendimentos Enquadrados na Condição Intermediária.

Os empreendimentos classificados como Empreendimentos Sujeitos à Reforma Completa ou Empreendimentos Enquadrados na Condição Intermediária devem solicitar à CETESB a Licença Prévia e a Licença de Instalação concomitantemente e, posteriormente, a Licença de Operação (Grifo nosso).

III) Empreendimentos Sujeitos à Adequação às Condições Mínimas.

Os empreendimentos sujeitos à Adequação às Condições Mínimas devem solicitar apenas a Licença de Operação.

Os empreendimentos que se enquadram nas condições mínimas seriam aqueles que têm todos os seus tanques subterrâneos período inferior a 15 anos de instalados, já os intermediários seriam aqueles que possuam ao menos um de seus tanques subterrâneos com período inferior a 15 anos de instalados.

A SUDEMA, por meio de Norma Administrativa nº 120, esta publicada em Diário Oficial do Estado da Paraíba em 23 de Março de 2007, dispõe que os postos devem se enquadrar de acordo com as seguintes condições:

V - Condições Mínimas do Posto Revendedor - PR: São empreendimentos que operam com tanques de aço Carbono ou outro material qualquer sem a comprovação da Certificação pelo INMETRO, ou entidade por ele credenciada acompanhada da devida ART - (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA, descumprindo qualquer uma das demais exigências estabelecidas pela NBR 13 786 para a respectiva classe e as medidas previstas nas resoluções do CONAMA.

VI - Condições Intermediárias do PR: São empreendimentos que operam com tanques de aço Carbono ou outro material qualquer com a comprovação da Certificação pelo INMETRO, ou entidade por ele credenciada acompanhada da devida ART - (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA e iniciaram a adequação as exigências estabelecidas pela NBR 13 786 para a respectiva classe e as medidas previstas nas resoluções do CONAMA;

VII - Condições Completas do PR: São empreendimentos que operam em conformidade com todas as exigências das normas da ABNT e resoluções do CONAMA.

Outro aspecto a ser mencionado, é que o órgão ambiental do Estado da Paraíba, apresenta um tipo de licenciamento diferente para que os postos possam se enquadrar as condições completas, isso porque, a resolução 273/2000, menciona a existência de apenas três tipos de licenciamento para esse tipo de atividade, a Licença Prévia, a Licença de Instalação e a Licença de Operação.

A SUDEMA trabalha, hoje, com a Licença de Alteração, esta pode ser solicitada pelo empreendedor que deseje fazer qualquer tipo de mudança no empreendimento. No entanto, a Licença de Alteração, obrigatoriamente, deve estar atrelada a uma Licença de Operação vigente.

A situação descrita no parágrafo anterior promove um grande problema, isso porque a Licença de Alteração em si, não causa obrigatoriedade em seu cumprimento, visto que o empreendedor promove a alteração caso ele deseje, apesar de solicitá-la junto a SUDEMA.

Todavia, a alteração para os postos de combustíveis se tornam obrigatórias por conta do Princípio da Prevenção no direito ambiental. O princípio da prevenção é aquele que determina a adoção de políticas públicas de defesa dos recursos ambientais como uma forma de cautela em relação à degradação ambiental. A importância desse princípio ocorre pela dificuldade, improbabilidade ou mesmo impossibilidade de recuperação de um dano ao meio ambiente.

A CETESB em sua legislação, como já mencionada anteriormente, apenas emite para o empreendedor a Licença Prévia e de Instalação, sendo posteriormente, em caso de término e aprovação da LP/LI, ocorre a emissão da LO.

Devido a SUDEMA substituir a LP/LI pela Licença de Alteração (LA), e ciente de que a LA apenas pode ser emitida tendo-se uma LO vigente, o órgão fica obrigado a emitir a LO para que o posto possa fazer sua alteração.

Diante de tal situação, e fazendo uso das lacunas das normas administrativas da SUDEMA, os empreendedores vêm protelando a substituição dos tanques e alteração do piso dos postos de combustíveis, por saber da dificuldade do órgão em penalizá-los pela não alteração.

Diante das inúmeras demandas existentes no órgão referentes a postos de combustível, fica a sugestão para que o Conselho de Proteção Ambiental do Estado da Paraíba (COPAM) analise necessidade de legislar sobre a substituição da Licença de Alteração, ao menos para os casos em que a alteração é obrigatória, pela Licença Prévia e de Instalação concomitantemente, para que apenas após a liberação e conclusão das mudanças seja emitida a Licença de Operação.

CONCLUSÕES

A partir dos resultados obtidos foi possível chegar à conclusão que o Estado da Paraíba apresenta diversas lacunas, no que concerne a legislação vigente para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis, permitindo desta forma que os proprietários desses estabelecimentos tenham o hábito de prorrogar as mudanças obrigatórias e necessárias para operação segura destes empreendimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
2. BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 22 de janeiro de 2014.
3. BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Estabelece a revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: Acesso em: 10 de outubro de 2014.
4. CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Disponível em: http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/Servicos/licenciamento/postos/roteiros_procedimentos.asp. Acesso em: 22 de janeiro de 2010.
5. PARAÍBA. Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA Norma Administrativa nº 120, publicada em Diário Oficial do Estado da Paraíba em 23 de Março de 2007.
6. SUDEMA. Superintendência de Administração do Meio Ambiente. 2014. Governo do Estado da Paraíba. Disponível em: <http://www.sudema.pb.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2014.